



A UTILIZAÇÃO DAS ESCALAS NO ESTUDO DA CULTURA E DA PAISAGEM DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CACHOEIRA DOS ÍNDIOS/SP

Fernando Zamora **FAVARELLI**

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/Unesp de Presidente Prudente/SP

E-mail: fernando.favarelli@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4929381632179949>

Neide Barrocá **FACCIO**

Professora Livre Docente do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da FCT/Unesp de Presidente Prudente/SP

E-mail: nfaccio@terra.com.br

<http://lattes.cnpq.br/7557408900241806>

RESUMO: Este artigo busca apresentar o Sítio Arqueológico Cachoeira dos Índios por meio de conceitos e discussões pertinentes a Geografia. Para tal exercício, procurou-se trabalhar o conceito de paisagem e sua multidisciplinaridade e, ainda, a perspectiva da Geografia Cultural – ambas as linhas necessárias para o estudo do sítio pesquisado. O presente trabalho também procura discutir a importância das escalas (cartográfica e geográfica) como integrantes da metodologia aplicada ao objeto de pesquisa, que é o Sítio Arqueológico Cachoeira dos Índios.

Palavras-chave: Sítio Arqueológico Cachoeira dos Índios. Paisagem. Geografia Cultural. Cultura. Escala geográfica.

THE USE OF SCALES ON THE STUDY OF CULTURE AND LANDSCAPE OF INDIANS WATERFALL ARCHAEOLOGICAL SITE/SP

ABSTRACT: This paperwork presents the archaeological Sítio Cachoeira dos Índios through relevant concepts and discussions to geography. For that, we tried to work the concept of landscape and your multidisciplinary and also the prospect of Cultural Geography - both important fields for the study of the searched place. It's also discussed the importance of scale (cartographic and geographic) as members of the methodology applied to the searched object, which is the Archaeological Sítio Cachoeira dos Índios.

Keywords: Indians Waterfall Archaeological Site. Landscape. Cultural Geography. Culture. Geographic scale.

LA UTILIZACIÓN DE ESCALAS EN EL ESTUDIO DE LA CULTURA Y DEL PAISAJE DEL SITIO ARQUEOLÓGICO CACHOEIRA DOS ÍNDIOS/SP

RESUMEN: Este artículo presenta el sitio arqueológico Cachoeira dos Índios a través de conceptos y discusiones pertinentes a la Geografía. Para este ejercicio, se buscó trabajar sobre el concepto de paisaje y sus aspectos multidisciplinares, así como también la perspectiva de la geografía cultural, ambas líneas necesarias para el estudio del sitio investigado. El presente trabajo también analiza la importancia de las escalas cartográficas y geográficas como elementos de la metodología aplicada para el objeto de la búsqueda, que es el sitio arqueológico Cachoeira dos Índios.

Palabras clave: Sitio Arqueológico Cachoeira dos Índios. Paisaje. Geografía Cultural. Cultura. Escala geográfica.

INTRODUÇÃO

O Sítio Arqueológico Cachoeira dos Índios está localizado próximo ao Município de Getulina, Estado de São Paulo (Figura I), na área banhada pela Bacia Hidrográfica do Rio Aguapeí. Trata-se de um sítio de ocupação indígena Guarani, cuja cerâmica encontrada foi classificada na Tradição Tupiguarani.

Figura I: Localização do Município de Getulina/SP.



Fonte: Faccio, Lima e Pereira, 2015.

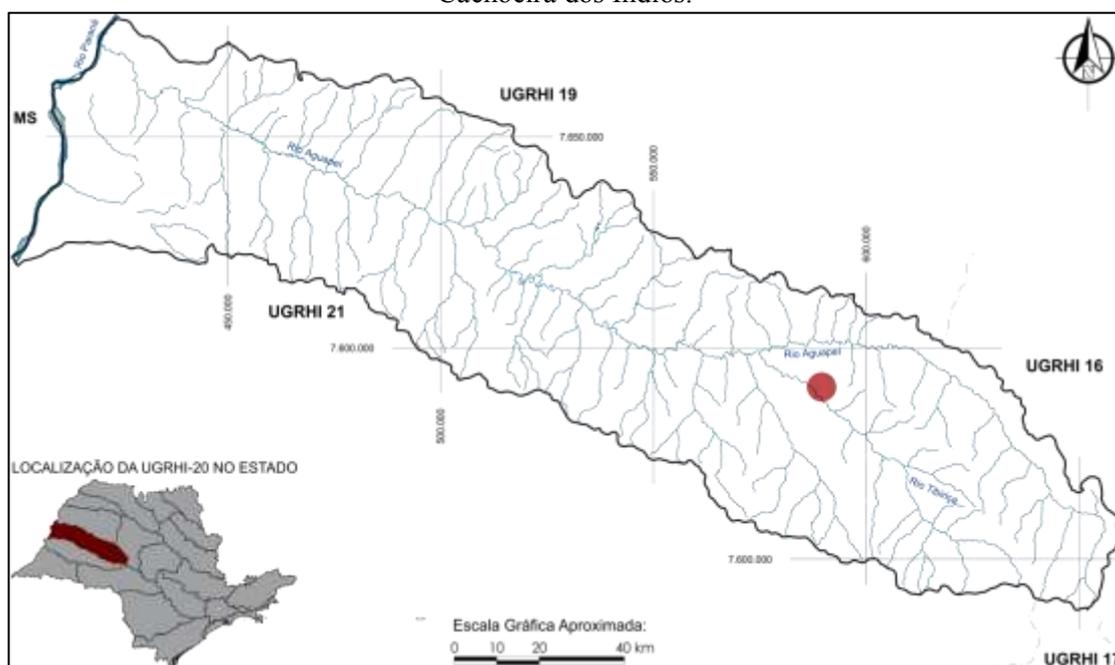
Essa tradição arqueológica é caracterizada por seus sítios superficiais, no qual são evidenciados fragmentos cerâmicos decorados com a chamada pintura policroma, também conhecida como tradição policroma da Amazônia – TPA (com pintura vermelha e/ou preta sobre engobo branco ou vermelho), além de técnicas

plásticas de acabamento, ou seja, pode apresentar uma decoração corrugada, ungulada, lisa, entre outras, ou ainda, superfícies apenas engobadas (HECKENBERGER, NEVES, PETERSEN, 1998).

O Sítio Cachoeira dos Índios apresentou menos de mil fragmentos de cerâmica em uma área pequena. Essas informações o classificam como uma ocupação pequena quando comparada a outros assentamentos indígenas Guarani identificados por Faccio (1992, 1998), Moraes (1999) e Pallestrini (1975).

A Figura II apresenta a Bacia Hidrográfica do Rio Aguapeí, região na qual o Sítio Cachoeira dos Índios está inserido.

Figura II: Bacia Hidrográfica do Rio Aguapeí com destaque para a região onde está localizado o Sítio Arqueológico Cachoeira dos Índios.



Fonte: Faccio, Lima e Pereira, 2015.

Do ponto de vista arqueológico, o sítio foi encontrado em péssimo estado de conservação dada a tecnologia utilizada para o cultivo da cana-de-açúcar na área, como por exemplo, o uso do arado e subsolador e, ainda, a presença de curvas de nível de cerca de um metro de altura. Esses usos, somados às queimadas, vêm sendo praticados na área do Sítio Cachoeira dos Índios há pelo menos 30 anos, rasgando o solo em até 70 cm de profundidade, movimentando e fragmentando os materiais arqueológicos (MORAIS, 1999). Já a queimada da palha da cana-de-açúcar aquece a cerâmica.

Os líticos lascados e os fragmentos de cerâmica do Sítio Arqueológico Cachoeira dos Índios foram estudados em laboratório com base no conceito de cadeia operatória, visando identificar todo o processo de produção dos artefatos, desde o momento da coleta da matéria-prima até seu descarte final.

Analisando o contexto ambiental da área do Sítio Cachoeira dos Índios, seu estado de conservação (grau de preservação das informações arqueológicas), estratigrafia e dispersão dos vestígios arqueológicos

Sendo assim, verifica-se a importância da escala no presente estudo, uma vez que a escala delimita a área de trabalho, facilita os recortes dos objetos de pesquisa, possibilitando comparações com estudos em escalas diferentes.

A PAISAGEM E SEU CARÁTER MULTIDISCIPLINAR

Sabe-se que o termo paisagem já é usado há mais de mil anos, sendo derivada da palavra alemã “*landschaft*”, que sofreu algumas variações linguísticas, estéticas e descritivas com o passar do tempo (CHRISTOFOLETTI, 1979).

Sobre isso, Holzer (1999) escreve que

“*Landschaft*” (grifo do autor) se refere a uma associação entre sítio e os seus habitantes, ou se preferirmos, de uma associação morfológica e cultural. Talvez tenha surgido de “*Land schaffen*”, ou seja, criar terra, produzir a terra. Essa palavra transmutada em “*Landscape*” chegou à geografia norte-americana pelas mãos de Sauer, que, cuidadosamente, enfatizava que seu sentido continua sendo o mesmo: o de formatar (*land shape*) a terra, implicando numa associação das formas físicas e culturais. (HOLZER, 1999, p. 31).

A corrente alemã classificou a paisagem como uma categoria científica formada por um conjunto de fatores humanos e naturais, definição que permaneceu até 1940. A corrente francesa, influenciada por autores como Paul Vidal de La Blache, determinou que a paisagem, enquanto conceito, se caracterizava pelo relacionamento do homem com o meio físico. A corrente norte-americana fez uma ligação da paisagem com *região*, “sendo esta um conjunto de variáveis abstratas deduzidas da realidade da paisagem e da ação humana” (SCHIER, 2003, p. 80).

Dentre as várias abordagens e significados, podemos dizer, em síntese, que a paisagem segue quatro principais linhas: natural ou cultural; descritiva e morfológica; geomorfológica e integrada, holística ou sistêmica (GUERRA; MARÇAL, 2006). Com base nessas quatro linhas, podem encontrar, no momento da pesquisa, autores que trabalham a paisagem como algo dinâmico, que está sempre se modificando e/ou evoluindo.

Sobre isso, Bertrand (2004) aponta que,

[...] a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto, instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 2004, p. 141).

A paisagem é constituída por um conjunto de fatores que a formam de modo integrado e inconstante, ou seja, de forma dinâmica.

Durante o período do Renascimento, o termo *paisagem* surgiu para dar uma nova relação entre o indivíduo e seu ambiente (COSGROVE, 1998). Segundo Cosgrove (1998), a paisagem atrelada à Geografia Humana, sempre esteve intimamente ligada à cultura, sendo apreendida como formas visíveis sobre a superfície da Terra. Contínuo a isto, a paisagem pode ser considerada uma forma de perspectiva, um modo de compor e harmonizar o mundo em uma “cena”, uma nova forma de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cujas estruturas e mecanismos são curiosos aos olhos humanos servindo-nos como guias para nossas ações que alteram e aperfeiçoam o meio ambiente.

Citando a paisagem enquanto um conceito complexo, Cosgrove (1998) escreve que algumas de suas implicações constam quanto ao foco nas formas visíveis de nosso mundo (sua composição e estrutura espacial); quanto à unidade, à coerência e ordem ou concepção racional do meio ambiente; e à intervenção do homem e das forças que alteram e modificam o mundo.

Para Sauer (1998), o termo “paisagem” é utilizado na definição do conceito de unidade geográfica no sentido de caracterizar uma associação direta de fatos geográficos. De uma certa maneira, “área” e “região” são termos equivalentes.

Nesse sentido paisagem é,

[..] uma forma da Terra na qual o processo de modelagem não é de modo algum imaginado como simplesmente físico. Ela pode ser, portanto, definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais. (SAUER, 1998, p. 187).

Os fatos da Geografia resultam da associação de fatos de lugar, assim como os fatos da História, por exemplo, são fatos de tempo que dão origem ao conceito de período.

A identidade da paisagem é tida por meio da constituição reconhecível, dos limites e das relações com outras paisagens, constituindo assim um sistema geral. Logo, tanto sua estrutura quanto sua função são assistidas por formas integrantes e dependentes, dando, assim, à paisagem uma qualidade orgânica.

Neves (1995), ao relacionar paisagem e arqueologia, escreve que:

A essa natureza humanizada e temporalizada chamamos “paisagem”: espaços constituídos como registros e testemunhas das vidas e trabalhos de gerações passadas que ali viveram, e assim o fazendo, ali deixaram algo de si mesmos. E através do estudo dessas paisagens que, mesmo transformadas no presente compõem uma parte importante de nossas vidas, que a arqueologia pode contribuir para o entendimento do passado do Brasil. (NEVES, 1995, p. 189).

No tocante à Arqueologia da Paisagem, está se constitui de uma abordagem interdisciplinar entre Arqueologia e Geografia que visa compreender a dinâmica que há entre a sociedade e o meio ambiente numa escala de tempo e num determinado espaço, culminando numa sociedade territorialmente organizada.

Sobre os recursos de que a arqueologia da paisagem dispõe, Fagundes e Piuzana (2008) escrevem que:

A Arqueologia da Paisagem envolve o uso de ferramentas multidisciplinares, sobretudo fornecidas pela Geografia, Geociências e Ecologia a fim de compreender as maneiras pelas quais os grupos pré-históricos ocuparam e modificaram a paisagem em função de suas práticas econômico-produtivas, sociais e culturais, da mesma forma entendendo como as pessoas foram influenciadas, motivadas e restringidas por ela. (FAGUNDES; PIUZANA, 2010, p. 211).

Logo, do mesmo modo que se utiliza a análise da paisagem para compreender algum fato no mundo contemporâneo, tendo em vista que o homem modifica o meio em que vive de acordo com sua subjetividade (intencional ou não), a Arqueologia da Paisagem se faz importante, pois permite interpretar, compreender e, pelo menos, tentar resgatar muito do que aconteceu há milhares de anos, no local a ser estudado. Pode-se considerar as atividades desenvolvidas pelo homem como agentes construtores da paisagem, e isso pode ser observado por meio dos vestígios que encontramos nos sítios arqueológicos, como os materiais cerâmicos e líticos.

Sendo assim, a paisagem é tida como:

[...] o reflexo é a marca impressa da sociedade dos homens na natureza. Ela faz parte de nós mesmos. Como um espelho, ela nos reflete, ao mesmo tempo, ferramenta e cenário. Como nós e conosco, ela evolui, móvel e frágil. Nem estática, nem condenada. Precisamos fazê-la viver, pois nenhum homem, nenhuma sociedade pode viver sem território, sem identidade, sem paisagem”. (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 263).

Nesse passo, esta fala se confirma quando encontramos os vestígios arqueológicos (fragmentos de cerâmica e/ou pedra lascada, por exemplo) que compõem um sítio arqueológico. Esse espaço geográfico, no qual o sítio é evidenciado, foi delimitado pela população que ali viveu caracterizando o local como seu território que, segundo Morais (1999), pode ser demarcado e delimitado administrativamente.

Em síntese, pode-se afirmar que, o homem começou, provavelmente por instinto, a retirar da natureza os recursos necessários para sua sobrevivência e, desse modo, passou a modificar a paisagem na qual estava inserido. Desse modo, foi aprendendo e evoluindo a ponto de conseguir estabelecer-se como sociedade.

O USO DAS ESCALAS COMO PARTE INTEGRANTE DA METODOLOGIA DE ESTUDO

No início da pesquisa, alguns passos são necessários para garantir o seu desenvolvimento, como por exemplo, o estabelecimento dos objetivos gerais e específicos, a escolha da metodologia adequada, a definição da escala, que implica em um recorte de estudo.

Assim, a questão da escala faz parte do trabalho do geógrafo, pois a sua definição permite compreender e abordar as práticas do homem no espaço.

Num primeiro momento, é interessante compreender que a escala geográfica e a escala cartográfica são diferentes, mesmo que se relacionem de alguma maneira. Sobre isso, Racine, Raffestin e Ruffy (1983) escrevem que:

A escala cartográfica exprime a representação do espaço como “forma geométrica”, enquanto a escala que poderíamos e, sob muitos aspectos, deveríamos qualificar de geográfica, exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com esta “forma geométrica”. (RACINE, Raffestin e Ruffy, 1983, 124).

Aplicando ao estudo do Sítio Arqueológico Cachoeira dos Índios, temos a escala cartográfica como uma ferramenta interessante, pois nos permite analisar e ilustrar todo o quadro físico e, em termos de Arqueologia/Cultura no recorte desejado, seja local ou regional. Além disso, utilizando uma microescala, pôde-se produzir representações cartográficas resultantes da pesquisa em campo necessárias para as inferências realizadas mais tarde.

Os autores fazem crítica à falta de atenção devida ao assunto, uma vez que se pode observar na produção geográfica somente algumas referências sobre a escala, estando muitas vezes somente no final da análise. Logo, “a escolha das escalas de análise é arbitrária, muitas vezes aleatória, quase sempre não explicitada” (RACINE, RAFFESTIN, RUFFY, 1983, p. 124).

Ainda assim, sabe-se que não é possível estudar a distribuição de determinado fenômeno sem levar em conta a escala.

Nós nos sentiríamos até tentados a propor, como uma regra de ordem muito geral, que a probabilidade que uma dispersão uniforme tem de se transformar em dispersão, apresentando formas de grupamento ou de concentração, aumenta na medida em que se amplia a escala de estudo, a diminuição progressiva da escala aumentando a probabilidade de homogeneidade do espaço estudado e, por sua vez, esta homogeneidade comandando formas de grupamento no interior da dispersão dos pontos. (RACINE, RAFFESTIN, RUFFY, 1983, p. 125).

No entanto, na maioria das vezes, existe uma tendência maior da homogeneidade crescer na razão inversa da escala, seja cartográfica ou geográfica, sendo que a estruturação desta última se dá por abstrações sucessivas.

A mediação entre as duas escalas se dá por meio de uma problemática sustentada pelo nosso poder sobre o território e os elementos nele contidos. Nesse passo, a escala também atua como uma mediadora entre a intenção e a ação, podendo somar ao conceito de escala o conceito de dimensão de um determinado fenômeno.

Santos (2006), ao tratar sobre este mesmo tema, realiza previamente uma discussão sobre o que seriam os chamados *eventos*. Inicialmente, o termo “evento” pode ser apreendido de diversas maneiras, sendo que cada autor o qualifica à sua maneira, podendo ora o chamar de “momento”, ora de “instante”, ora de “ocasião” (SANTOS, 2006).

Santos (2006) escreve que:

Se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo. (SANTOS, 2006, p. 93).

O lugar é não só essencial ao evento, mas também a base onde este se assenta. Por conseguinte, temos que os eventos são recorrentes do Presente, sendo, portanto, matriz do tempo e do espaço.

Santos (2006) complementa que,

[...] a palavra *escala* deveria ser reservada a essa área de ocorrência e é nesse sentido que se pode dizer que a escala é um dado temporal e não propriamente espacial; ou, ainda melhor, que a escala varia com o tempo, já que a área de ocorrência é dada pela extensão dos eventos (SANTOS, 2006, p. 99).

No caso do sítio arqueológico em tela, compreende-se como *eventos* a presença de uma organização política, social e cultural naquela área de ocorrência que, por meio de uma população, se assentou em determinada porção do território.

Logo, a escala geográfica pode ser esmiuçada aqui como base de uma ocupação espacial que perdurou durante certo período e cujos vestígios evidenciados recentemente podem proporcionar à sociedade uma nova acepção de culturas passadas.

A PAISAGEM CULTURAL PAULISTA

Paisagem e cultura

Há tempos que cultura e paisagem vêm sendo associadas entre si. Exemplo disso é o americano Carl Sauer, que deu origem a geografia da paisagem focando na ação antrópica transformadora da face da Terra a partir, principalmente, das tecnologias, como por exemplo, o uso do fogo, a domesticação de plantas e animais e a hidráulica. Sauer considerou também as demonstrações culturais imateriais, como as crenças religiosas, sistemas legais e políticos, entre outros elementos. Nesse contexto, as atenções estavam voltadas para as sociedades pré-modernas ou em suas marcas na paisagem contemporânea (COSGROVE, 1998).

Seguindo essa tradição, a Geografia Cultural buscou as formas visíveis na paisagem e, assim, a cultura foi tratada como “um conjunto de práticas compartilhadas comuns a um grupo humano em particular, práticas que foram aprendidas e transmitidas através de gerações” (COSGROVE, 1998, p. 224).

O autor ressalta ainda que a cultura não age através dos seres humanos, mas sim por meio deles, ou seja, por meio da reprodução constante de suas ações, sendo muitas dessas reflexivas, rotineiras. Exemplo disso pode ser visto no cotidiano de um morador de subúrbio que, por costume, corta sua grama sem se dar conta que isso é uma forma de expressão cultural que indica propriedade numa paisagem proprietária. Nesse

passo, a cultura pode ser determinada tanto pela consciência quanto pelas práticas humanas determinantes dela (COSGROVE, 1998).

Dessa forma, a cultura encontra-se também assentada numa base geográfica preenchida por uma comunicação regular entre os indivíduos que ocupam tal área em comum. Já a difusão cultural se dá ou pelo deslocamento das pessoas, ou da prevalência da sua cultura sobre novos territórios. Em todos os casos, a língua ou as linguagens nas suas várias formas de expressão, seja por meio da fala, gestos ou objetos, são elementos fundamentais à cultura por se tornarem formas de diálogo. Sendo assim, esse conjunto de significados culturais orienta a ação do homem e resulta em expressões concretas, como as crenças, as instituições sociais e os bens materiais.

Levando em conta a interação entre paisagem e cultura, ou ainda, a evolução de uma cultura numa determinada porção do espaço, e que se transmite por meio dos indivíduos que ali habitam, temos o Sítio Arqueológico Cachoeira dos Índios como uma área ocupada no passado cujas produções materiais podem ser observadas, coletadas e estudadas no presente, atribuindo-lhes valor cultural contemporâneo.

Logo, a Geografia ao agregar cultura à paisagem, cria um meio de distinguir e classificar regiões culturais sendo necessárias outras formas de estabelecimento de áreas culturais viabilizando assim o estudo da paisagem cultural. Sendo assim, considera-se que a participação na cultura demanda de uma comunidade que possui formas de comunicação, sendo estas, então, indicadoras de dispersão cultural de acordo com a distribuição de comunidades linguísticas.

“Certamente, o conhecimento de uma língua ou dialeto não representa o único fator vital na comunicação, nem a comunicação em si o único fator a influenciar a participação cultural” (WAGNER; MIKSELL, 2007, p. 34). No que se refere às culturas antigas, os restos materiais deixados por sociedades passadas também são vitais para a investigação, uma vez que esses vestígios arqueológicos são bastante utilizados para a reconstrução da distribuição de culturas.

Sobre isso, Wagner e Miksell (2007) escrevem que

A arqueologia fornece outro tipo de indicador para a distribuição cultural e deslocamentos no passado, mas muito menos incontestável que o da língua para a unidade e individualidade reais de determinadas comunidades de pessoas. Pessoas que falam línguas muito diferentes e que pensam e agem de modo muito diferente podem deixar como registro um conjunto similar de artefatos. Entretanto, uma vez que os materiais recuperados pela arqueologia costumam ser, precisamente, os instrumentos ligados às transformações do meio ambiente, o registro arqueológico também é importante de um ponto de vista geográfico. O geógrafo cultural tenta ampliar esse registro para incluir todos os fatos possíveis relacionados aos meios ambientes de culturas antigas. (WAGNER; MIKSELL, p. 40, 2007).

Assim, a paisagem cultural trata do conteúdo geográfico de uma área ou de um determinado complexo geográfico que sofreram alterações realizadas pelos homens. Logo, o estudo da Paisagem Cultural serve para diversos fins buscando, entre outros aspectos, diferenças na paisagem que indiquem diferentes condutas humanas.

Ainda que sob a influência do homem e da cultura, a paisagem pode apresentar características básicas similares àquelas que poderiam desenvolver sob o domínio natural, como por exemplo, o padrão de colinas e vales, rios e lagos, climas etc. Entretanto, também se evidenciam gradualmente as marcas deixadas pela ação humana, seja num rio que fora represado, seja na retirada da cobertura vegetal para cultivo, seja numa argila transformada em cerâmica ou numa rocha transformada em raspador.

Sendo assim, os métodos utilizados com maior frequência na geografia cultural constituem-se basicamente de mapeamentos em geral, delimitação e comparação de regiões de acordo com determinado critério, entre outros. Essas ações podem revelar padrões ordenados e ainda similaridades geográficas entre diferentes lugares e regiões – sendo esses elementos produtos da cultura.

Analisando as áreas culturais, temos que o próprio conceito de cultura indica modos para compreendermos os processos ocorrentes na formação de uma paisagem cultural. Exemplo disso são os zoneamentos obtidos a partir da elaboração de mapas e que, apontando as diferentes coberturas vegetais, podemos identificar os diferentes usos da terra e suas disposições espaciais integradas a sua cultura. Ainda pode-se citar o mapa elaborado por Morais (1999) a respeito do Sistema Regional de Ocupação Indígena do Estado de São Paulo.

Nesse mapa, o autor relaciona vestígios arqueológicos com grupos etnográficos e ambientes específicos. Dessa forma, grupos humanos estabeleceram áreas culturais e o Sítio Cachoeira dos Índios pertence a uma área cultural estudada e delimitada por Morais (1999) como Sistema Regional de Ocupação Guarani.

Uma correlação estabelecida entre uma determinada cultura e sua paisagem serve, assim, por um lado, para inferências sobre a cultura e a partir de tipos conhecidos de paisagens e, por outro lado, para prognosticar o caráter da paisagem onde são conhecidos os determinantes culturais e naturais. (WAGNER; MIKSELL, 2007, p. 39).

Nesse passo, poucas paisagens culturais dos dias de hoje são fruto do trabalho de comunidades contemporâneas, haja vista que a paisagem é um processo gradual e cumulativo, ou seja, há uma história e cada fase desta possui significados tanto para a paisagem atual quanto para o passado. Mais do que isso, as paisagens atuais revelam não só as evoluções locais, como foram influenciadas por meio de fatores como migrações, difusão, comércio e trocas.

No que se refere a natureza, toda intervenção realizada pelo homem nesta resulta numa transformação da cultura, mesmo que esta transformação não seja plenamente visível. Cosgrove (1998) destaca o tomate como um elemento que é natural, mas que quando tirado do pé, cortado e servido como alimento, passa a ser um elemento cultural, pois lhe atribuíram um significado. Ainda assim, o tomate em si não perde suas propriedades naturais por ser, ao mesmo tempo, um objeto cultural.

Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e da transformação do meio ambiente pelo homem. O simbolismo é mais facilmente apreendido nas paisagens

mais elaboradas – a cidade, o parque e o jardim – e por meio da representação da paisagem na pintura, na poesia e em outras artes (COSGROVE, 1998).

Nesse passo, o simbolismo da paisagem do Sítio Arqueológico Cachoeira dos Índios vai surgindo à medida que refletimos sobre as etapas da pesquisa realizada em campo, como por exemplo, a procura e identificação dos geoindicadores, os caminhamentos seguidos das coletas de superfície, o recolhimento de amostras de matéria-prima, entre outros aspectos. Estas são etapas que nos permitem inferir sobre o modo de vida e de organização daqueles índios naquela área, pensando também em todo o processo de produção da cerâmica, sua utilização e descarte, por exemplo.

São Paulo: território de áreas culturais

Relacionando os estudos arqueológicos à paisagem cultural do Estado de São Paulo, podemos ver na região paulista uma característica especial quando consideramos suas populações. Viveram aqui diferentes etnias que compuseram, assim, o que podem ser chamadas de fronteiras culturais.

Sobre isso, Rodrigues e Afonso (2002) apontam que,

Mesmo não se originando no Estado, essas unidades de classificação arqueológicas estão sendo apontadas, por pesquisas em curso, como elementos centrais para identificar o território paulista, numa região que se caracteriza por limites fronteiriços entre diferentes populações ameríndias. (RODRIGUES; AFONSO, 2002, p. 155-174).

Caldarelli (2001, 2002) aponta o Estado de São Paulo foi como uma área “para onde confluíram populações indígenas diversificadas, vindas de diversos pontos do atual território nacional, cujas inter-relações não percebemos porque não nos aprofundamos sobre a arqueologia paulista” (CALDARELLI, 2001, 2002, p.29-55).

Zientara (1989) esclarece que a fronteira possui um caráter móvel, pois está relacionada ao movimento do ser vivo. Baseando-se nesse mesmo autor, Perez e Coutinho (2011) escrevem que:

[...] a fronteira não implica em uma zona de parada duradoura, mas na parada perante a falta de condições vitais necessárias, ou perante a resistência a outro movimento contrário. [...] a fronteira poderá ser transposta se as condições vitais mudarem nesse sentido, ou se o movimento em sentido contrário enfraquecer. (PEREZ; COUTINHO, 2011, p. 2).

Seguindo esse conceito, o fato de a fronteira se caracterizar por sua mobilidade é algo próprio. Assim, segundo Faccio (2016), as fronteiras no Estado de São Paulo não podem ser identificadas, tendo em vista que a cultura material tem mostrado vestígios característicos de um grupo indígena presente na área de outro sítio pertencente a outro grupo indígena, logo, outra área cultural.

Sobre isso, Sauer (2007) escreve que:

A geografia cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica. A área cultural constitui assim um conjunto de formas interdependentes e se diferencia funcionalmente de outras áreas. (SAUER, 2007, p. 22-23).

Sendo assim, segundo Bradshaw e Gomez (1999), a construção de fronteiras implica na propiciação de espaços antagônicos que proporcionam ao mesmo tempo a coexistência e separação, bem como a inclusão e a exclusão, de acordo com os níveis de interatividade que podem ocorrer nesses limites.

Conforme pode ser visto no Mapa Etno-histórico de Nimuendajú (1981) o Mapa do Sistema Regional de Ocupação (MORAIS, 1999), o território paulista foi uma área de encontro e desenvolvimento de alguns grupos indígenas, pertencentes, principalmente, aos troncos linguísticos Jê e o Tupi.

Pertencem ao tronco linguístico Jê as ocupações dos índios Kayapó e Kaingang. No norte do estado (NIMUENDAJÚ, 1981), atribui-se aos índios Kayapó a Tradição Arqueológica Aratu-Sapucaí, evidenciada na década de 1990, na bacia do Rio Paraíba do Sul na porção leste do estado e, posteriormente, em sítios arqueológicos localizados próximos a bacia do Rio Grande (RODRIGUES; AFONSO, 2002, p. 160), e que chegaram à região por meio de fluxos vindos do norte e centro-oeste do país (NIMUENDAJÚ, 1981).

Os índios Kaingang, vieram do sul do país e ocuparam a área localizada entre o Rio Paranapanema (divisa entre os Estados de São Paulo e Paraná) e o Rio Tietê, região central do estado. Rodrigues e Afonso (2002) atribuem aos índios Kaingang a Tradição Itararé.

Os índios Tupis-guaranis, considerados um grupo indígena bastante distribuído por todo o estado, subdividiram-se em dois grupos: os Guarani, que viveram no interior paulista; e os Tupinambá, habitantes do litoral. Ambos pertencentes ao tronco linguístico Tupi e à Tradição Tupiguarani, a qual se atribui inúmeros indícios estudados em todo o território paulista (RODRIGUES; AFONSO, 2002, p. 160).

Atribui-se à Tradição Tupiguarani para sítios arqueológicos onde são encontradas cerâmicas com pintura policromada e técnicas plásticas de acabamento, como por exemplo, o alisado, o corrugado, o ungulado, escovado, além de superfícies apenas engobadas (BROCHADO, 1981; CHMYS, 1976; HECKENBERGER, NEVES, PETERSEN, 1998; SOUZA, 1997, PRONAPA, 1969).

Na análise dos fragmentos do Sítio Arqueológico Cachoeira dos Índios, foram identificadas algumas peças decoradas que permitiram a reconstituição de suas pinturas (figuras de IV a VI).

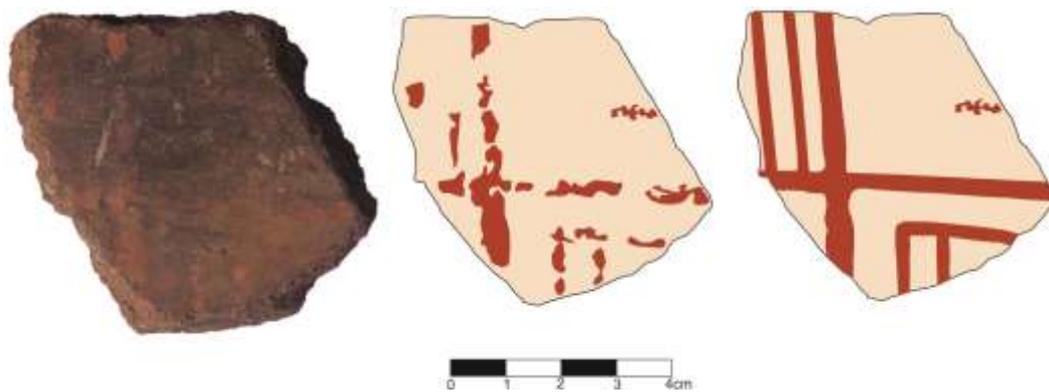
Os líticos do Sítio Arqueológico Cachoeira dos Índios compreende 22 peças em quartzo, arenito silificado, ardósia e calcedônia: um seixo, quatro resíduos, três lascas, um fragmento de lasca, três lascas fragmentadas, dois instrumentos, dois núcleos, dois fragmentos de seixo, um fragmento de nódulo, um fragmento de plaqueta, um percutor e um seixo fragmentado (FACCIO, LIMA, PEREIRA, 2015).

Figura IV: Reconstituição gráfica da decoração do fragmento cerâmico.
Sítio Cachoeira dos Índios, SP.



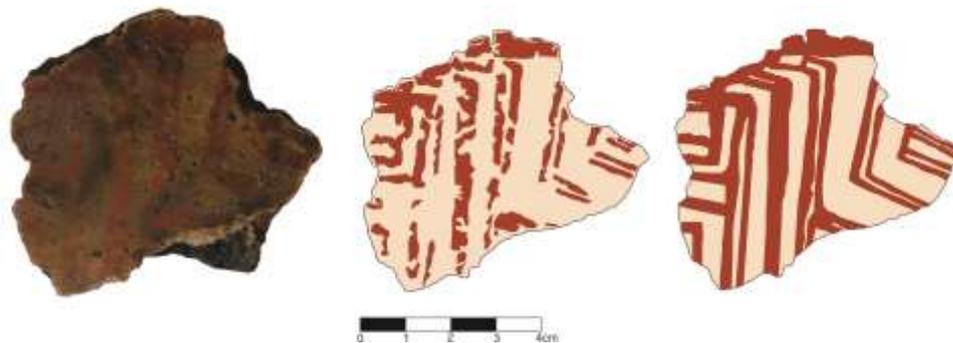
Fonte: Faccio, Lima e Pereira, 2015.

Figura V: Reconstituição gráfica da decoração do fragmento cerâmico.
Sítio Cachoeira dos Índios, SP.



Fonte: Faccio, Lima e Pereira, 2015.

Figura VI: Reconstituição gráfica da decoração do fragmento cerâmico.
Sítio Cachoeira dos Índios, SP.

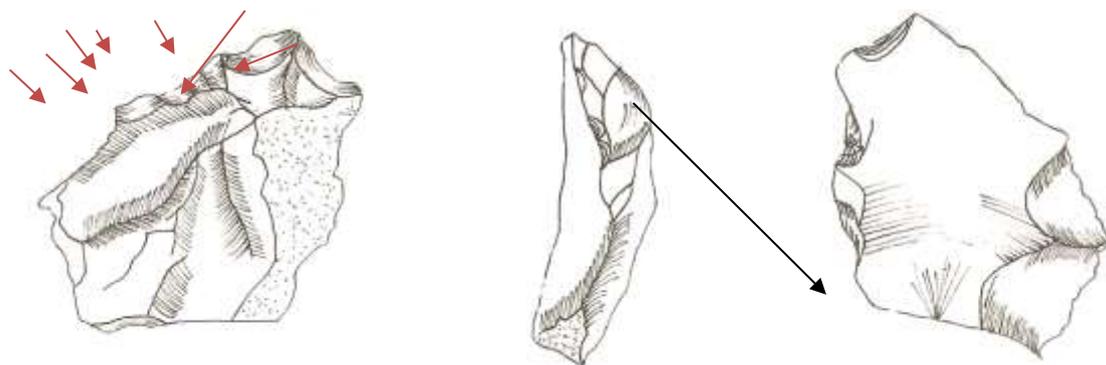


Fonte: Faccio, Lima e Pereira, 2015.

A Figura VII mostra um instrumento sobre lasca de arenito silicificado proveniente de seixo. Verifica-se o uso de percutor duro, como é o caso de seixos de quartzo ou calcedônia comuns ao longo dos rios e ribeirões da região do sítio em estudo, pois a retiradas são curtas, diferentes daquelas obtidas com

percutores macios (madeira e osso) que são longas. Ainda nota-se a presença de retoques na parte distal do instrumento, representado por sete retiradas.

Figura VII: Instrumento sobre lasca. Sítio Arqueológico Cachoeira dos Índios. As setas em vermelho mostram as sete retiradas realizadas na parte externa do instrumento com percutor duro. Na sequência é apresentado um perfil da peça e por fim a face interna da peça na parte proximal com o ponto de impacto que deu origem a lasca, marcado com uma seta preta e ainda na parte proximal e mesial duas retiradas (retoques), do lado direito e esquerdo da peça. Por fim nota-se uma retirada na parte distal do instrumento.



Fonte: Adaptado de Faccio, Lima e Pereira, 2015.

No contexto da região paulista, Moraes (2007) escreve que existem ainda poucos sítios arqueológicos escavados, estando a maioria deles localizada na área do Vale do Rio Paranapanema. Datações disponíveis reforçam a ideia de que já no século IX havia uma ocupação significativa de povos tupi no território paulista. “As datas mais recuadas indicam, por sua vez, uma antiguidade maior dessa ocupação, propondo também novas questões acerca das rotas de expansão desses grupos” (MORAES, 2007, p. 38). Faccio (2011) ressalta que para a área dos Rios Paraná e Paranapanema, no Estado de São Paulo, muitos sítios Guarani foram escavados e estudados desde a década de 1960. Já para as Bacias dos Rios Aguapeí/Peixe pesquisas recentes realizadas por Faccio (2011) têm mostrado a presença de sítios Guarani de pequeno porte (FACCIO, 1992, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha e utilização das escalas se mostram fundamentais como parte da metodologia de pesquisa, uma vez que graças à escala cartográfica conseguimos apresentar a geometria, ou seja, os elementos que comprovam e, de certo modo, ilustram a presença das ocupações passadas em determinada área.

Nesse passo, o trabalho com a escala geográfica nos permitiu refletir a respeito das relações que se estabeleciam entre os indivíduos que viveram na área do Sítio Arqueológico Cachoeira dos Índios, a partir das formas ali contidas, ou seja, pôde-se realizar inferências sobre a relação do homem com o meio natural

e, retirando deste, elementos que contribuíram para o desenvolvimento de uma cultura material que, hoje, numa escala temporal, nos traz informações sobre o passado.

Tendo o Sítio Arqueológico Cachoeira dos Índios como recorte de estudo, conseguimos exemplificar a aplicabilidade das escalas sob o objeto de pesquisa. Em termos de escala cartográfica, esta se torna imprescindível para analisarmos a área a partir de diversas perspectivas, como por exemplo, as características físicas do sítio da área de seu entorno. O uso de uma escala local, regional e temporal possibilita correlacionar dados obtidos com o estudo do Sítio Cachoeira dos Índios com aqueles observados na região em determinado tempo.

Do ponto de vista cultural, o trabalho e/ou a interação entre escalas cartográficas diferentes nos permite reconhecer e comparar padrões de ocupações indígenas no estado, a fim de inferir, por exemplo, de que maneiras esses grupos se estabeleceram e, em alguns casos, se influenciaram ao estabelecerem áreas de contato.

O Sítio Cachoeira dos Índios ocupou área de meia encosta que se estende por aproximadamente 750 metros até chegar as margens do Rio Tibiriça, afluente do Rio Aguapeí. Esse tipo de implantação Guarani é comum em áreas distantes dos Rios Paraná e Paranapanema. Na área do Sítio Cachoeira dos Índios foram encontrados cerâmicas e líticos lascados, mas não foi evidenciada manchas pretas comuns em outros sítios Guarani de pequeno porte, como é o caso do Sítio Célia Maria, onde foram registradas a presença de manchas pretas ou marcas de antigas casas (PEREIRA, 2011).

A cerâmica da área do Sítio Cachoeira dos índios apresentou o tipo liso e o pintado com motivos semelhantes aos encontrados nas áreas dos Sítios Paraná, Paranapanema e de seus afluentes, com antiplástico caco moído e técnica de manufatura acordelada. As decorações plásticas como o corrugado, nodulado, escovado, pinçado e unglado não foram registrados para a área do sítio em tela, mas são comuns nos sítios Guarani de maior porte localizados próximos aos Rios Paranapanema e Paraná. Contudo, se compararmos com os de pequeno porte esses tipos não são comuns.

O lítico lascado sobre seixos, comuns nas margens do Rio Tibiriça, apresentam a técnica de lascamento direta com percutor duro. Esse tipo de lascamento reflete a utilização de uma cadeia operatória comum em sítios de pequeno e de grande porte, nas áreas dos Rios Paraná e Paranapanema, Contudo, a pequena quantidade de líticos encontrado reflete a possibilidade da produção e utilização desse tipo de artefato em áreas fora do sítio habitação. Também pela falta de manchas pretas e pela pequena quantidade de líticos e cerâmicas na área do sítio pode-se inferir que o mesmo tenha sido utilizado para atividade específica durante uma estação do ano, por um ou mais anos, ou que a área tenha sido de fato utilizada como ocupação por um curto período de tempo, menos três ou quatro anos de forma intensiva. De acordo com os dados Etno-Históricos (NOELLI, 1993) a primeira hipótese é a mais provável.

Nesse sentido, pode-se pensar em um complexo de sítios com atividades integradas “levadas a cabo no quadro de uma estratégia global que integra uma série de acontecimentos distintos” (BINFORD, 1983, p. 148).

Assim, “um determinado sítio pode apenas nos fornecer uma imagem limitada, que dependerá do lugar por si ocupado no sistema regional de comportamento, do que foi outrora uma gama muito diversificada de actividades” (BINFORD, 1983, p. 137).

Analisando os resultados da pesquisa realizada na área do Sítio Cachoeira dos Índios e a forte resiliência dos Grupos Guarani registrada na Etno-História verifica-se uma grande aldeia Guarani não se fixa em áreas de rios afluentes dos Rios Paraná e Paranapanema. Assim, essa resiliência é atestada no período pré-colonial pelos dados arqueológicos.

As pesquisas arqueológicas apoiadas pelos conhecimentos da Geografia, em particular da Geografia Física e da Geografia Cultural aos poucos desvendam a História do Sistema Regional de Ocupação Indígena do Estado de São Paulo.

Diante do exposto, a escala geográfica integra a metodologia no sentido de estabelecer e delimitar o período histórico no qual a pesquisa se insere e quais são os reflexos das produções culturais realizadas há séculos nos dias de hoje.

Conforme discutido, temos que a paisagem pode ser analisada e estudada sob diferentes óticas, correntes de pensamento e campos da ciência. Assim, no que se refere a sua apreensão, fica evidente o seu caráter dinâmico, uma vez que suas características físicas e sociais, sejam descritivas ou morfológicas, se entrecruzam em vários momentos demonstrando sua complexidade e subjetividade dado os seus aspectos físicos, biológicos e antrópicos.

Na Geografia Humana, temos a paisagem ligada a cultura, dando a ela uma natureza humanizada e temporalizada, principalmente, quando a relacionamos com as gerações passadas, tornando-a assim resultante da associação entre formas físicas e culturais.

A análise da paisagem do Sítio Arqueológico Cachoeira dos Índios nos permite inferir sobre essa interação entre a cultura e a paisagem, uma vez que o homem agiu ali de uma maneira transformadora do meio em que viveu deixando, para nós pesquisadores, vestígios de sua cultura material, ou seja, a indústria cerâmica e lítica ali evidenciados.

REFERÊNCIAS

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: um esboço metodológico. **R. RAÍE GA.**, Editora UFPR: Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias:** o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá, PR: Editora Masón, 2007.

BINFORD, L. R. **Em Busca do Passado:** a descodificação do registro arqueológico, 1983, Fórum da História, Publicações Europa-América, tradução de João Zilhão, p. 304 páginas.

BRADSHAW, R.; GOMEZ, R. L. **Fronteras**: uma visão teórica em el período contemporâneo. In: Aldea Mund. , ano 4, n. 7, may-oct, 1999.

BROCHADO, J. P. **A Tradição Cerâmica Tupiguarani na América do Sul**. Recife, 1981.

CALDARELLI, S. B. A arqueologia do interior paulista evidenciada por suas rodovias. **Revista de Arqueologia**, Sociedade de Arqueologia Brasileira. p. 29-55. 2001-2002.

CHMYS, I. Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. **Cadernos de Arqueologia**, Universidade Federal do Paraná, 1976.

CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de Sistemas em Geografia**. São Paulo, Hucitec, 1979.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, R.L. et al. (Org.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 92-123. 1998.

FACCIO, N, B. **Estudo do Sítio Arqueológico Alvim no contexto do Projeto Paranapanema**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), São Paulo, Universidade de São Paulo, 1992, 154 f.

_____. **Arqueologia dos Cenários das Ocupações Horticultoras da Capivara, Baixo Paranapanema-SP**. (Tese de Doutorado em Arqueologia), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, 289 f.

_____. **Arqueologia Guarani na Área do Projeto Paranapanema**: estudo dos Sítios de Iepê, SP. (Tese de Livre-Docência em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, 319 f.

_____. **Áreas culturais**. Relato oral. Presidente Prudente, SP. 2016.

FACCIO, N. B.; LIMA, P. C.; BARROCÁ, D.; PEREIRA, D. L. T. Sítio Arqueológico Cachoeira dos Índios. In: **Caderno Prudentino**. Presidente Prudente, SP, 2015.

FAGUNDES, M; PIUZANA, D. Estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas. **Rev.latinoam.cienc.soc.niñez** juv 8(1): 205-220, 2010.

GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. **Geomorfologia e Unidade de Paisagem**. Geomorfologia Ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HECKENBERGER, M. J.; NEVES, E. G.; PETERSEN, J. B. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. **Revista de Antropologia**, FFLCH/USP, São Paulo, 41 (1): 69-63, 1998.

HOLZER, W. Paisagem Imaginário e Identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Z. & CORRÊA, R. L. (orgs). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. 248p. p.149-168 (Série Geografia Cultural).

MORAES, C. A. **Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo**: um estudo da variabilidade artefactual. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORAIS, J. L.. A Arqueologia e o Fator Geo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 9, 1999.

_____. **Perspectivas geoambientais da arqueologia do Paranapanema Paulista**. Tese de Livre-Docência – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 1999.

NEVES, E. G. A Temática Indígena na Escola. In: **Os Índios Antes de Cabral**: arqueologia e história indígena do Brasil. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

NIMUENDAJÚ, C. Trecho do **Mapa Etno-Histórico**. Escala 1:5. 000.000. IBGE, 1981.

NOELLI, F. S. **Sem Tekoá não há Tekó. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta do Jacuí-RS**. Dissertação de (Mestrado Arqueologia). Porto Alegre: PUCCRS, 1993. 480 p.

PEREIRA, D. L. T. **Arqueologia Guarani na Bacia do Rio Santo Anastácio – SP**: Estudo do Sítio Célia Maria. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2011.

PEREZ, G. C.; COUTINHO, M. A. Fronteira étnica na pré-história do estado de São Paulo: as controvérsias sobre o marcador cerâmico. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, p.2. 2011.

PRONAPA. **Arqueologia brasileira em 1968**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. 1969.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Rev. Brasi. Geogr.**, Rio de Janeiro, 45(1): 123-135, jan./mar. 1983.

RODRIGUES, R. A.; AFONSO, M. C. Um Olhar Etnoarqueológico para a Ocupação Guarani no Estado de São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 155 – 174, 2002.

ROUGERIE, G.; BEROUTCHACHVILI, N. **Géosystèmes et Paysages**. Bilan et Méthodes. Paris: Ed. Armand Colin, 1991.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Edusp, São Paulo, 2006.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. Org(s) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro, 1998.

_____. Geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. Org(s) **Introdução à Geografia Cultural**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 19-25.

SCHIER, R. A. Trajetórias do Conceito de Paisagem na Geografia. **R. RA'E GA**, Curitiba, n.7, p. 19-85. Editora UFPR, 2003.

SOUZA, A. M. **Dicionário de Arqueologia**. ADESA. Rio de Janeiro, 1997.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. Org(s) **Introdução à Geografia Cultural**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 27-63.

ZIENTARA, B. **Fronteira**. Enciclopédia Einaudi – Estado e Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 14, 1989.